

FALA, SERVIDOR

A REFORMA ADMINISTRATIVA EM PERGUNTAS E RESPOSTAS

Qualificação

Ceciliano de Carvalho Vanderley, de João Pessoa, pergunta:

— O que se está pensando em termos de qualificação do servidor público para que ele possa desempenhar bem suas funções, como a sociedade espera?

A Câmara IV, da Comissão de Coordenação Geral do Plano de Reforma da Administração Federal, responde:

— *A valorização do servidor e dignificação da função pública será conseguida com a instituição do Plano de Cargos e Salários, com possibilidade de crescimento do funcionário na carreira, podendo atingir cargos de direção (a exemplo do Banco do Brasil); com a cincrementação do sistema de formação e desenvolvimento de recursos humanos e com a criação de um Plano de Assistência e Previdência para os servidores públicos.*

Advogados

Marcos Freire Romano, de Natal, pergunta:

— Como a Reforma Administrativa pretende aproveitar os advogados pertencentes aos quadros da administração direta ou indireta, deslocados atualmente para outras funções nas repartições, para que possam realmente utilizar seus conhecimentos jurídicos nas assessorias e procuradorias?

A Câmara IV da Comissão da Reforma responde:

— *Atualmente, com o instituto da ascensão funcional, os bacharéis em Direito que sejam funcionários da Tabela ou Quadro Permanente de um órgão da administração direta ou autarquia federal, podem concorrer a vaga na categoria de assistente jurídico (nos ministérios) ou procurador autárquicos (nas autarquias). A Câmara IV — que trata do sistema de Administração do Pessoal Civil — não pretende estudar casos isolados; o que se preten-*

de é apresentar uma proposta de um Plano de Classificação de Cargos e Funções.

Concursados

Carlos Alberto Leite, de João Pessoa, pergunta:

— Todos os concursados do Dasp, em todos níveis, serão aproveitados na Nova República?

A Câmara IV da Comissão da Reforma responde:

— *As pessoas aprovadas em concursos do Dasp serão aproveitadas na medida em que os órgãos manifestam a necessidade de admissão de pessoas habilitadas em determinados concursos.*



Unificação

Funcionário público de Vitória, pergunta:

— A mudança de regime jurídico dos servidores das estatais, face à CLT, é possível? Sabendo-se que inúmeros servidores têm estabilidade no emprego, o que acontecerá se não aceitarem tal mudança?

A Câmara IV responde:

— *A unificação dos regimes, se acontecer, será apenas com relação aos servidores da Administração Federal direta (Presidência da República e Ministérios) e autarquias federais. Não*

estão incluídas nesse rol as empresas públicas e sociedade de economia mista.

Gratificação

Yoshio Itagaki, de São Paulo, pergunta:

— Os previdenciários objetivaram a promessa de concessão de 20% de gratificação. Se concretizada, outros setores tentarão obter a mesma medida. Não acha que decisões desse tipo devem ser gerais e não setorializadas?

A Câmara IV responde:

— *Pretende-se, com a instituição do novo Plano de Cargos e Funções, corrigir as atuais distorções e evitar medidas casuísticas.*

Constituinte

Servidor de Vitória pergunta:

— Como a Reforma Administrativa pretende compatibilizar a nossa Constituição com a nova Carta, já que haverá profunda alteração com relação ao funcionalismo público?

A Câmara IV responde:

— *Como não se pode prever quais serão as alterações relativas ao funcionalismo público na nova Constituição, o anteprojeto do Estatuto elaborado pela Câmara IV seguiu os princípios preconizados pela Carta vigente.*

Tabelistas

Servidor de Teresina pergunta:

— Com a Reforma Administrativa como ficará o pessoal da tabela especial (SIPA/MA e Embratel/MA)? Será criado o 13º salário para os estatutários?

A Câmara IV responde:

— *Os servidores pertencentes às tabelas especiais dos órgãos da Administração direta e autarquias federais já estão incluídos na Tabela Permanente do respectivo órgão. A concessão do 13º salário ao funcionário es-*

FALA, SERVIDOR

tatutário está na dependência do resultado de estudos que estão sendo empreendidos por técnicos do Ministério da Administração e da área econômica do Governo.

Funcep

Raimundo Nonato, de Brasília, pergunta:

— A Funcep pretende ser usada para repassar às Secretarias de Administração dos Estados as mudanças propostas pela Reforma Administrativa?

O presidente da Funcep, Paulo Catalano, responde:

— *Sim. É da maior importância que tal aconteça. A Funcep não apenas pretende repassar as novas propostas como também coordenar, junto às Secretarias de Estado da Administração, a parte de treinamento dos servidores, fator básico para o sucesso da reforma.*



Motivação

Elzo Siqueta, do Rio de Janeiro, pergunta:

— O que pensa em fazer a Reforma Administrativa para motivar os servidores e melhorar a qualidade do serviço?

A Câmara IV responde:

— *Valorizar o funcionário e dignificar a função pública, não só através das condições de trabalho, como também dando ênfase ao sentido de missão e responsabilidade social do servidor para com o público; assegurar condições para a profissionalização do funcionário; prever sistema de classi-*

cação de cargos que assegure ao funcionário possibilidades de carreira e, também sistema de previdência e assistência. Apenas para citar algumas diretrizes que norteiam o trabalho desta Câmara.

Treinamento

Antonio Carlos Souza, de Brasília, pergunta:

— A Funcep tem condições de coordenar o treinamento do pessoal das secretarias de Administração no sentido de capacitar os Estados dentro das mudanças proposta pela Reforma Administrativa?

O presidente da Funcep, Paulo Catalano, responde:

— *A Funcep tem todas as condições e pretende, de fato, coordenar o treinamento de pessoal, fator essencial para a efetivação da reforma.*

Transporte

Délio Ferreira da Conceição, de Belo Horizonte, pergunta:

— O serviço de transporte de massa nos centros urbanos deve ficar totalmente a cargo do Governo Federal, estadual ou municipal, para que o custo das passagens possa ser mais acessível?

A Câmara III, que trata do Sistema de Administração de Serviço Gerais, responde:

— *O Ministério dos Transportes entende que o transporte público de passageiros, nas áreas urbanas, deve constituir uma competência local. A própria Constituição considera esse transporte como um serviço de interesse público, situando-o na competência do município. As idéias de colocá-lo na esfera federal não o levará, necessariamente, a custos mais acessíveis. Pelo contrário, poderá encarcê-los face a menor flexibilidade do poder central em gerir esse serviço. O que se fixou, atualmente, na opinião pública é uma falsa idéia de menores custos incorridos pelos serviços ferroviários operados pelo Governo Federal, o que, na realidade, é fruto dos elevados subsídios governamentais ao sistema. No caso das Regiões Metropolitanas ou de Aglomerados Urba-*



nos, em que se configuram interesses supramunicipais, o Ministério dos Transportes inclina-se por uma gestão em nível estadual, entendendo ser a melhor forma de conciliar esses interesses, racionalizando-se procedimentos operacionais que levem a uma efetiva redução de custos.

Perdas

Geraldo Valério Vilela, de Varginha, sugere:

— *Recompor as perdas salariais do servidor público principalmente do pessoal de nível médio.*

A Câmara IV anotou a sugestão.

Dirigentes

Antonio Carlos da Silva, do Rio de Janeiro, sugere:

— *Preparar os dirigentes para ter uma visão global da sociedade a fim de que tomem melhores decisões.*

A Câmara IV anotou a sugestão.

Eleição

Áureo Lúcio de Souza, de Manaus, sugere:

— *Que todos os cargos de chefia na administração pública federal sejam preenchidos, democraticamente, mediante escolha, pelos próprios funcionários, para um mandato de um ano, podendo haver reeleição por igual período.*

A sugestão foi anotada.